

**SESSÃO EVOCATIVA DO VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO**  
**REALIZADA PELOS ALUNOS DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS**

Com a presença de alunos de cada uma das Escolas Secundárias da Região, deu-se início a esta sessão parlamentar evocativa do vigésimo aniversário da Assembleia Legislativa.

Os alunos desenvolvendo o tema "Autonomia na transição para o século XXI", tomaram o lugar dos deputados eleitos.

Uma Mesa provisória conduziu os trabalhos até à escolha de uma das três listas presentes para constituição definitiva da Mesa.

**Presidente:** Deputada Manuela Silva

**Secretárias:** Deputadas Ana Pereira e Helena Melo

*(Os trabalhos tiveram início pelas 16.25 horas)*

**Sumário**

Feita a chamada, iniciou-se a votação para a constituição da Mesa da Assembleia em que foi vencedora a lista C.

Posteriormente, passou-se às intervenções subordinadas ao tema referido em que foram oradores os Srs. Deputados: Rita Câmara, Filomena Soares, Tânia Pires, Ana Paula Medeiros, Elizabete Soares, Priscília Couto, André Alves, Tânia Lemos, Iría Lima, Conceição Bettencourt, Rui Silveira, Mark Pereira,

Joana Machado, Herberto Oliveira, Pedro Garcia, Sílvia Estácio e Fábio Fraga.

Em seguida, iniciou-se o debate em que foram intervenientes os Srs. Deputados Mário Ramos, Helena Melo, Maria José Sousa, Rafael Carvalho, Filomena Soares, Dénia Azevedo, Mark Pereira, Rita Gago da Câmara, Helena Melo, Márcia Rosa, Joana Machado, Tânia Lemos, Octávio Medeiros, Rui Silveira e Maria José Sousa.

Para responder aos pedidos solicitados usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa).

Antes do fim da sessão, foi ainda aprovada uma proposta no sentido de ter lugar, anualmente, uma iniciativa desta natureza, com o intuito de uma maior abertura da Assembleia aos cidadãos, nomeadamente à massa estudantil.

Para encerrar a Sessão, usou da palavra para uma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Humberto Melo).

*(Os trabalhos terminaram às 18.40 horas).*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

É com grande alegria que declaro aberta esta sessão especial realizada pelos jovens, celebrando os 20 anos da nossa Assembleia Legislativa Regional.

Esperemos que o dia de hoje constitua mais um marco na nossa vida de estudantes e de futuros cidadãos, conscientes e intervenientes na vida da nossa terra.

É nas nossas mãos que vão estar os Açores do século XXI.

A responsabilidade é grande, mas vamos saber honrá-la.

Posto isto, vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: Ana Gonçalves, Ana Medeiros, Ana Pereira, André Alves, André Rego, Andreia Fernandes, Conceição Bettencourt, Cristina Cordeiro, Dénia Azevedo, Dina Furtado, Elizabete Soares, Fábio Fraga, Fausto André, Fernando Moura,

Filomena Soares, Graciete Figueiredo, Helena Melo, Herberto Oliveira, Inês Pereira, Iría Lima, Joana Machado, Joe Valadão, Lena Amaral, Lídia Monteiro, Luís Galvão, Manuela Silva, Márcia Rosa, Maria José Sousa, Mário Ramos, Mark Pereira, Mónica Soares, Octávio Medeiros, Paula Silva, Paulo Silva, Pedro Garcia, Priscília Couto, Rafael Carvalho, Rita Andrade, Rita Câmara, Rui Silveira, Rute Pereira, Sílvia Estácio, Tânia Lemos, Tânia Moniz, Teresa Brito e Melo, Tiago Bettencourt, Tiago Rodrigues, Vânia Ferraz, Vera Amaral, Vera Teixeira).

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à eleição da Mesa.

Estão presentes três listas — A, B e C

Pedia o favor de distribuírem os boletins de voto.

(Pausa)

Uma vez que os boletins estão distribuídos, eu pedia ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada para podermos votar.

(Pausa)

Terminada a chamada, solicita-se às listas a indicação de um elemento para a fiscalização da contagem dos votos.

(Procedeu-se à contagem dos votos entrados na urna, perante a presença de 4 elementos representando a Assembleia)

Presidente: Entraram na urna 50 votos.

Resultado da votação:

Lista A: 14 votos a favor

Lista B: 16 votos a favor

Lista C: 19 votos a favor

1 voto em branco.

Peço aos membros da lista mais votada o favor de tomarem o seu lugar na Mesa.

(Aplausos da Câmara)

2.º Secretário: Paulo Silva — São Miguel

1.º Secretária: Cristina Cordeiro — São Miguel

2.º Vice-presidente: Dénia Azevedo — São Jorge

1.º Vice-presidente: Fausto Cardoso — Faial

Presidente: Andreia Fernandes — Terceira.

**Presidente:** Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo, Srs. Professores, Caros Colegas, boa tarde.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rita Câmara.

**Deputada Rita Câmara** (*Santa Maria*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Agradecemos, desde já, em nome de todos os jovens e estudantes marienses, a oportunidade de expôr algumas ideias e opiniões sobre a Autonomia Regional.

Uma retrospectiva à experiência autonómica permite-nos detectar aspectos positivos e negativos:

Entre os aspectos positivos merecem especial atenção o facto de que, os problemas dos açorianos são desde 1975, com a nomeação da Junta Governativa dos Açores, resolvidos pelos órgãos próprios da Região.

Outro aspecto relevante é a construção dos portos e aeroportos.

No entanto, este desenvolvimento ainda sofre de algumas carências, principalmente nas ilhas mais frágeis. Estas carências manifestam-se igualmente no sector da saúde, do ensino, do turismo, da economia, etc.

Devido a estas insuficiências a juventude açoriana e nomeadamente mariense, vê-se forçada a abdicar da sua ilha para procurar um lugar com maior grau de desenvolvimento.

Em nosso entender, a Autonomia deveria ter um desenvolvimento harmonioso e isso não se tem verificado. Para tal a Ilha de Santa Maria necessita da resolução de alguns problemas, tais como:

- O apoio aos jovens casais na habitação, com mais incentivos;
- A construção de uma Pousada da Juventude em Santa Maria;
- A colocação no mercado de trabalho dos jovens que terminam o 12.º ano (nas delegações escolares existem professores que em vez de darem aulas estão a fazer o serviço administrativo);

**Vozes da Câmara:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** — Formação profissional;

- Tarifas aéreas mais baixas para possibilitar o intercâmbio de pessoas e capitais;
- O acesso marítimo às restantes ilhas do arquipélago à semelhança do que acontece no Grupo Central.

Perante estes problemas, nós jovens marienses, aguardamos soluções possíveis e esperamos que Santa Maria não seja esquecida, uma vez que os jovens são os mais prejudicados com esta situação.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Soares.

**Deputada Filomena Soares (São Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente e Membros do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Fui eleita pela Ilha de São Miguel, sou natural do concelho de Nordeste, frequento a escola EB2,3/S desse mesmo concelho.

O processo autonómico iniciado no século XIX como ideário em constante fermentação nas mentes de alguns açorianos, passou, a partir dos anos 70, com o 25 de Abril, a ser uma prática.

O processo autonómico esteve assim, desde o seu começo até ao presente, em constante mutação de forma a se moldar às novas exigências impostas pela renovação da sociedade açoriana.

Actualmente, a restrição financeira e a desigual distribuição orçamental, são factores que precisam de ser alterados de forma a fomentar o desenvolvimento da Região.

A Autonomia dos Açores encontra-se à mercê das forças governamentais nacionais, pois apesar de possuir governo próprio não tem total autonomia financeira e económica. Como exemplo, está o facto de que uma grande parte das receitas regionais têm como destino o Continente para que só depois seja efectuada a distribuição dos orçamentos pelas regiões.

Tendo em conta o facto, hoje em dia, de que as necessidades das pequenas regiões estão a ser esquecidas, ou simplesmente ignoradas na grande escala da Europa, a Autonomia só pode ser eficaz no processo de desenvolvimento das Regiões se houver uma maior descentralização do poder a todos os níveis.

A nível administrativo deveria haver uma maior liberdade de acção por parte das entidades locais para resolver certos problemas específicos de cada zona.

A nível económico uma possível estratégia seria o investimento no sector privado para que assim houvesse uma diminuição do desemprego solucionando o problema da satisfação das necessidades básicas da população em geral.

Enfim, a Autonomia deve ser encarada como um processo contínuo que assenta em conceitos como coordenação e cooperação.

É este o modelo de autonomia que se nos afigura como o caminho menos sinuoso para o povo destas ilhas nesta época de desafios que é a transição para o século XXI.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Terminada a intervenção da Sra. Deputada Filomena Soares, tem a palavra a Sra. Deputada Tânia Moniz.

**Deputada Tânia Moniz (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nos finais do século passado o povo açoriano foi vítima de uma exploração por parte das autoridades portuguesas.

Ao longo dos tempos e após ter reagido a todas as injustiças de que foram alvo, os açorianos sentiram necessidade de uma maior liberdade e da uma maior independência, em relação ao Continente. Surgiram então as campanhas autonómicas todas elas encabeçadas por célebres autonomistas.

A participação desses grandes vultos açorianos nos movimentos que antecederam a autonomia foi tão importante como decisiva para os Açores, como foi o caso dos Drs. Aristides da Mota, Mont'Alverne de Sequeira, José de Amaral, Carlos Machado, entre outros, não menos importantes, e gloriosos autonomistas.

Foram esses os paladinos que tanto lutaram pela autonomia, que tanto lutaram para que as gerações seguintes pudessem viver num clima de maior liberdade.

Para mostrar a nossa gratidão não devemos deixar morrer o sentimento de autonomia que é o que une o povo açoriano e foi o que alimentou a luta dos nossos autonomistas.

Devemos lutar para nos autonomizar cada vez mais, para cada vez menos depender do Continente e dos seus serviços. Criemos serviços e indústrias, alarguemos o nosso comércio e que o turismo que é, em potência, a nossa maior fonte de riqueza, seja desenvolvido.

Devemos continuar a afirmarmo-nos e a lutar pelos nossos direitos, a lutar contra a discriminação de que por vezes somos alvo.

Devemos dar aos Açores uma voz, uma voz que possa gritar “Liberdade”, para que possa atingir o regozijo da vitória, para que possa dar a nós, açorianos, a oportunidade de crescermos juntamente com os Açores, para que nos dê orgulho de sermos filhos dos Açores e também portugueses de primeira.

A vós, autoridades regionais, apelamos: não deixem morrer os Açores, não deixem que nós, os jovens, partamos para outras terras à procura de um futuro estável, de condições de vida mais dignas, à procura de uma afirmação laboral e de um mercado de trabalho mais aberto.

É urgente o melhoramento da nossa economia. Apostem na educação e nos Jovens Açorianos, porque o futuro dos Açores depende de nós, Jovens.

É necessário sonhar e acreditar num futuro melhor, porque como dizia alguém “um optimismo perpétuo é um multiplicador de potências”.

Tenho dito.

**Vozes da Câmara:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Medeiros.

**Ana Paula Medeiros (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Autonomia é a aplicação da liberdade e da democracia às condições concretas das nossas Ilhas e do nosso povo que o 25 de Abril institucionalizou.

A Autonomia, no arquipélago, fê-lo progredir em termos materiais, mas também despertou no Povo Açoriano a consciência da sua Identidade, da sua Dignidade, da sua Unidade Solidária.

Valores como Liberdade, Democracia, Justiça e Solidariedade, activos, têm de constituir sempre a legitimidade de uma verdadeira Autonomia.

A Açorianidade é um factor de enriquecimento da comunidade Portuguesa e esta não é apenas uma palavra ou um conceito. A Açorianidade materializa-se nas inúmeras personalidades que nas artes, nas letras, na cultura e na política, têm contribuído para construir, nos Açores ou fora deles, o Portugal de hoje e de amanhã.

**Vozes da Câmara:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** No momento em que comemoramos 20 anos de Autonomia, afigura-se-nos importante que o desenvolvimento dos Açores não pode estar à margem do processo que envolve as sociedades que querem ter um lugar activo no séc. XXI. A transição para o séc. XXI exige o sentimento e a vontade de integrar um novo tempo em que homens e sociedades são dominados pela Novidade. Se no ano 1000 se acreditou profundamente no fim do mundo, no ano 2000 acredita-se criticamente num Admirável Mundo Novo.

Para tal, esta Assembleia e o Governo Regional deveriam insistir com objectivos base, numa política de cooperação externa, no sentido de:

— desenvolver uma política económica, social e cultural voltada para a afirmação e projecção da identidade dos Açores e dos açorianos no contexto Nacional e Europeu, dando para tal especial apoio às associações profissionais e culturais;

— ter uma maior participação no contexto Nacional na construção da Casa Europeia;

— aprofundar e valorizar significativamente o papel das Comunidades Açorianas espalhadas pelo mundo, a célebre diáspora açoriana.

Deveria esta Assembleia e o Governo apostar decididamente nos Açorianos:

— acreditar no princípio da iniciativa individual e colectiva como factor de realização;

— promover uma real igualdade de oportunidades de acesso a bens e serviços;

— apoiar mais a Educação e o Ensino, bem como os mais diversos organismos públicos e privados, numa política de reforço de intercâmbio cultural, científico e técnico, tendo em vista projectar a economia, a cultura e a identidade Açoriana além fronteiras;

— fomentar o espírito de serviço, à comunidade, em consonância com os valores profundos que enformam a maneira açoriana de ser e de estar no mundo.

A Juventude Açoriana tem vontade de mudar e de vencer, tem vontade de participar neste processo a caminho de um Tempo Novo, mas não pode fazer o trajecto sozinha. Necessita, por exemplo, da oportunidade de emprego; maior apoio no sentido de se resolver o problema da habitação e da reinserção social de jovens excluídos, que hoje já são em número significativo; mais possibilidades de actuação para as associações juvenis e para os jovens artistas; um futuro promissor para todos, sobretudo para os mais desfavorecidos.

A Escola Secundária Geral e Básica da Ribeira Grande associa-se à importante data que ora se celebra, a Conquista da Autonomia e augura os maiores êxitos na senda do progresso. Que «Antes morrer livres do que em paz sujeitos» seja sempre o espírito da nossa Autonomia.

Por último, não poderíamos terminar esta intervenção sem propor que votemos, por unanimidade e aclamação, um “Voto de Louvor e Reconhecimento” à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pela iniciativa tomada, de nos juntar neste Parlamento, nesta data, em sinal de grande apreço pela Juventude Açoriana.

VIVA OS AÇORES! VIVA PORTUGAL!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Elizabete Soares.

**Deputada Elizabete Soares (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Foi nos primórdios do povoamento destas ilhas, quando homens e mulheres de enorme valor e coragem resolveram aceitar o desafio de moldar o seu novo lar no meio do Oceano, que o espírito autonómico açoriano nasceu.

O Lema do Brasão de Armas da Região é exemplo cabal da coragem açoriana, lema este ganho em combate contra invasores espanhóis, em 1581, na Batalha da Salga. No Brasão lê-se: “Antes morrer livres que em paz sujeitos.”

Ao longo de toda a sua história, os Açores provaram ser não uma simples Colónia Ultramarina, mas parte indissociável de Portugal, porém detentores de identidade própria. A Autonomia não é fruto de uma só geração, mas de muitas décadas de esforços de todos aqueles que não recuaram perante as adversidades e se mantiveram fiéis aos seus ideais, tal como em 2 de Março de 1895, quando foi concedida a Autonomia Administrativa dos Açores.

Nesta data formaram-se as primeiras Juntas Gerais Autónomas, sendo então o Arquipélago dos Açores, composto pelas ilhas, seus ilhéus, mar circundante e fundo (zona económica exclusiva), considerado uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de Personalidade Jurídica de Direito Público. Para Sede da Comissão de Planeamento dos Açores, foi escolhida Angra do Heroísmo, sendo seu primeiro Presidente o Eng. Deodato Chaves de Magalhães Sousa.

Fora realizado um sonho, pois embora com poderes limitados, a Autonomia de 1895 serviu bem os açorianos.

Em 25 de Abril de 1974, o MFA (Movimento das Forças Armadas), restaurou a democracia em Portugal após longas décadas de domínio fascista. Mas Portugal encontrava-se à beira da guerra civil, perdendo o controle do país para a facção comunista do MFA. O pior temeu-se, e criaram-se nos Açores vários Movimentos Independentistas como a FLA (Frente para a Libertação dos Açores), o MATA (Movimento para a Autodeterminação Total dos Açores) e vários outros. Estes Movimentos tinham como objectivos a instauração de um Regime Democrático em Portugal e a Autonomia dos Açores, lutando contra o Regime Comunista Pós-25 de Abril.

O 6 de Junho de 1976, organizado pelos Movimentos FLA e MATA, consistiu numa manifestação de indignação contra as medidas impostas pelo Concelho da Revolução dominado por comunistas, que não sendo ainda uma ditadura, ameaçava revelar-se como tal. Em resultado directo das pressões exercidas e após medidas intermédias, no dia 2 de Abril de 1976 foi aprovado na Constituição Portuguesa, através do Decreto-Lei nº 318-B/76, o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores. Em Maio de 1976, foi promulgado o Decreto-Lei que estabelece a Lei Eleitoral para a Assembleia Regional dos Açores. De harmonia com esta lei, a Junta Regional dos Açores

tornou público o mapa com o número de Deputados e sua distribuição pelos nove Círculos Eleitorais.

Em simultâneo com as Eleições Presidenciais, ganhas por Ramalho Eanes, realizaram-se a 27 de Junho de 1976 as primeiras eleições para a Assembleia Regional dos Açores. Desta eleição foram escolhidos pelos açorianos 43 Deputados, a qual foi ganha pelo PPD, alcançando 55,43% dos votos. Devido a esta vitória, o PPD foi convidado a formar o primeiro Governo Regional, sendo a Assembleia inaugurada oficialmente pelo Presidente da República, o General Ramalho Eanes, em que foi entregue solenemente o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores.

A Assembleia Legislativa dos Açores tem várias competências, tais como elaborar as propostas de alteração do Estatuto Político-Administrativo da Região, legislar com respeito da Constituição da República em matéria de interesse específico para a Região, que não estejam reservados à competência própria dos Órgãos de Soberania; exercer Poder Tributário nos termos do presente Estatuto e da Lei; e aprovar o programa do Governo Regional, estando o mesmo directamente responsável pelos seus actos perante a Assembleia.

O sonho autonómico de várias gerações foi realizado, estando perante esta Assembleia mais uma geração que certamente o continuará no mesmo espírito inovador e enérgico que sempre foi seguido por todos os açorianos.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Priscília Couto.

**Deputada Priscília Couto** (*São Miguel*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Falar sobre a Autonomia de um povo é falar sobre a identidade que ele assume perante si mesmo e perante os outros. Essa identidade, porém, deverá ser encarada como uma diferença positiva e não ressentida. Neste contexto, a Região Autónoma dos Açores deve ser vista como uma parte singular e original de um todo, repleto de singularidades e originalidades, que é Portugal.

No entanto, e no caso concreto do nosso Arquipélago, condições como o estarmos isolados no meio do Atlântico, longe da Europa e longe da América, e a dispersão geográfica, dificultam a projecção de nove pequenas ilhas no exterior. Ora, essa projecção seria essencial para o reconhecimento internacional da identidade do povo açoriano, em todas as suas vertentes.

Por um lado, temos a vertente sócio-cultural, que engloba toda uma forma de estar no mundo, desde a linguagem própria, até às manifestações religiosas, passando também pelo campo artístico-criativo, no qual se inserem uma literatura riquíssima e uma música e artes plásticas que são reflexos da alma açoriana.

Por outro, temos a vertente económica, ela mesma fruto das características sócio-culturais. Porque, efectivamente, é do espírito colectivo que surge a necessidade de moldar o barro, de esculpir pequenas peças em osso de baleia, de fabricar o nosso vinho e os nossos queijos, de cozinhar ao nosso sabor, enfim, de realizar tudo o que, ao longo destes quatrocentos anos de História, foi construindo aquilo a que se pode chamar a verdadeira identidade de um povo. Toda esta produção tem qualidade, potencial, mas, tal como a terra aonde é produzida, permanece esquecida e negligenciada no meio do Atlântico, sem ímpeto para atingir os mercados estrangeiros e lucrativos. E atingir bons mercados significa apostar nessa produção de qualidade e canalizar correctamente os subsídios europeus, já que, se sem eles nada se faz e com eles o que se fez até hoje foi pouco.

Podíamos ter investido na formação profissional e na criação de postos de trabalho mais atractivos, de modo a que a população, sobretudo a mais jovem, não se sentisse limitada a um determinado número de actividades e não necessitasse procurar por isso, outros mercados de trabalho. Aliás, a população mais jovem deveria ser, desde o início, educada no sentido de valorizar a sua Região e o seu património cultural, o que se realizaria facilmente incluindo nos currículos escolares aspectos, por exemplo da Literatura e História Açorianas, que, enquanto desconhecidos, em nada contribuirão, como deveriam, para a afirmação da nossa identidade. Não nos esqueçamos ainda que somos nove ilhas, com particularidades diferentes. Todavia, somos um grupo que, para progredir, deve agir como tal, atendendo, em primeiro lugar, às suas necessidades e não às daqueles que, por razões políticas ou económicas, têm sempre uma palavra a dizer. Outro grave problema, derivado da insularidade, é a difícil comunicação inter e extra ilhas, uma vez que a acessibilidade aos meios de transporte aéreos é dificultada pelos elevadíssimos preços existentes. Este aspecto vem acentuar ainda mais o nosso isolamento, em vez de contribuir para a emancipação da nossa identidade. Abrir os Açores às comunicações e as comunicações aos Açores é dar a conhecer os Açores ao mundo e o mundo aos Açores.

Vamos conquistar o nosso lugar ao sol!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado André Alves.

**Deputado André Alves (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Represento a Escola Secundária das Laranjeiras.

Antes de mais, gostaria de dizer que antes de pensarmos na Autonomia do Século XXI, temos que pensar na Autonomia do Século XX, porque o conceito de Autonomia hoje em dia, como está, não existe, enquanto houver um determinado cargo existente cá nos Açores

Gostaria de referir na minha participação, um problema que existe há muito na minha zona (e talvez em outras zonas dos Açores) e, uma vez que estamos a comemorar os 20 anos da Autonomia, aproveitaria para expô-lo. Trata-se do projecto para a construção de uma nova Escola Secundária na área de Ponta Delgada como tentativa de fazer frente à sobrelotação das já existentes, que não passou disso mesmo: um projecto.

Há uma má gestão dos cursos universitários.

Algumas cadeiras estão desertas, outras não motivam ninguém e as que realmente são desejadas para a realização pessoal e profissional de cada jovem e por acréscimo para o desenvolvimento da Região, são as que estão disponíveis em universidade extra-arquipélago e por conseguinte, fora do alcance de muitas famílias.

Devia-se criar estruturas de apoio à Música ou para a formação de Músicos.

Para além disso, dever-se-ia ajudar esses músicos a serem catapultados para fora e dentro da Região.

Finalmente, actuar como se actua na Madeira onde o Governo apoia imenso o desporto.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Tânia Lemos.

**Deputada Tânia Lemos** (*Terceira*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Somos alunos da Escola Secundária de Angra do Heroísmo e é com muito gosto que vimos participar na comemoração dos 20 anos de actividade da Assembleia Legislativa Regional representante do Povo e símbolo da nossa Autonomia.

Não obstante o esforço significativo exercido pelos deputados que honradamente têm dado o seu melhor à Região, lamentamos que o seu estatuto fundamental no regime autonómico se tenha vindo a esbater perante o órgão de Governo Regional.

Julgamos que deverão ser redobrados os esforços no sentido de ir ao encontro dos fundamentos da Autonomia.

Respeito pelas características geográficas, económicas, sociais e culturais da Região e pelas históricas aspirações autonomistas da sua população, sobretudo a necessidade de adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades Regionais.

Achamos que é necessário o acesso a maior informação acerca da política Regional, não só aos estudantes, mas também à maioria da população pouco conhecedora do Regime Político-Administrativo em que vive.

Porque não criar uma disciplina nas escolas que se ocupe especialmente dos assuntos relativos à tomada de decisões políticas da Região?

Achamos ainda que a Assembleia Legislativa Regional deverá fazer uso mais frequente da iniciativa legislativa prevista no artigo 229.º, n.º 1 alínea f), a fim de resolver muitos dos problemas que afectam a Região, mas que são de competência da Assembleia da República.

Lembro o caso dos exames do 12.º ano, quando se culpou os responsáveis nacionais e nada se sugeriu como se podia e deveria ter feito em jeito de proposta de lei na Assembleia da República

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Iría Lima.

**Deputada Iría Lima** (*Terceira*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os alunos da Escola Secundária Vitorino Nemésio congratulam-se com a posição da Assembleia Legislativa Regional dos Açores de reunir aqui, neste plenário, alunos das várias ilhas.

Julgamos que este plenário é de grande interesse pedagógico, na medida em que nos aproxima, de certo modo, da realidade regional, só que esta atitude pedagógica e simultaneamente de esclarecimento, não se deveria limitar a este dia, nem a esta data (proximidade das eleições regionais para esta Assembleia), mas sim deveria ultrapassar os limites deste edifício e não esgotar-se a uma minoria de eleitos que por vezes se esquece que em democracia a base está no povo.

Se nós não conhecermos o funcionamento desta Casa, com o nível cultural talvez superior à média, dificilmente perceberemos que a democracia está na base do povo.

Na comemoração do 20.º aniversário da Autonomia dos Açores, parece-nos salutar lembrar que esta tentativa de abertura não pode nem deve ficar por aqui. Se de facto pretendermos uma verdadeira autonomia, só será possível estabelecê-la com o esclarecimento e a participação directa ou representativa de todos.

Esperamos e desejamos que o próximo século seja o do aperfeiçoamento progressivo da Autonomia dos Açores que implica, imperiosamente, uma também progressiva emancipação das nossas gentes.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

**Deputada Conceição Bettencourt** (*Graciosa*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Venho representar a Escola Básica 2,3 e Secundária de Santa Cruz da Graciosa.

Achamos que a abertura do ensino secundário na Ilha Graciosa foi um grande passo para o seu desenvolvimento.

Anteriormente os alunos que pretendiam frequentar este ensino, teriam que sair da ilha; por consequência estes, com idades compreendidas entre os quinze e dezasseis anos, teriam que deixar as suas famílias. Por esta razão, estavam em desvantagem em relação aos outros colegas que, perto das suas famílias, obtinham assim todo o apoio delas.

Por outro lado, muitos jovens não tinham capacidade monetária para esta deslocação, desistindo assim dos estudos. Agora, com ensino secundário na nossa ilha, estes já têm oportunidade de prosseguir os estudos, e para além disto os que iriam sair ficam, o que é muito bom, pois o dinheiro que era investido pelos encarregados de educação, no estudo dos seus filhos, nas outras ilhas é agora investido na Graciosa.

Como fomos os primeiros a frequentar o 10.º ano, podemos dizer que foi uma boa experiência dentro das possibilidades da escola. No entanto, poderá vir a ser melhor se esta tiver apoio para a construção de mais instalações e para materiais que são necessários para um melhor aproveitamento das aulas.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silveira.

**Deputado Rui Silveira** (*São Jorge*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Srs. Professores das escolas presentes, colegas:

Sou deputado por S. Jorge, representante da Escola 2,3/S de Velas.

Estamos hoje aqui reunidos, para celebrar a Autonomia dos Açores, e o seu percurso, ao longo de 20 anos.

Para nós jovens é um pouco difícil falar sobre Autonomia.

Nascemos com o comboio autonómico já em andamento. Por isso, para nós, a Autonomia é algo de natural que já existia e à qual nos habituámos.

Realidades como os símbolos regionais, os órgãos de poder próprio, dos quais esta Assembleia é a face mais visível, são hoje para nós perfeitamente naturais e fazem parte do dia a dia.

Ensinaram-nos que este regime advém da circunstância de vivermos numa região específica, com características geográficas e históricas próprias. Por isso temos um regime Político-Administrativo próprio, que consagra a existência de órgãos de governo próprios. Tudo isto sem que se ponha em causa a soberania do estado português, em que estamos integrados.

Para compreendermos verdadeiramente a Autonomia, temos que conhecer a realidade das nossas ilhas.

Os Açores são um arquipélago diferente, com características próprias, formado por nove pequenos mundos que na sua diferença, formam um conjunto único, com personalidade própria. A insularidade, o vulcanismo, a paisagem, as cores, o silêncio são elementos que formam a alma açoriana.

A Autonomia tem que ter a capacidade de dar respostas válidas, e em tempo útil, aos problemas destes nove pequenos mundos, atendendo às diferenças de cada um deles.

Será este o valor fundamental do regime autonómico: olhar o arquipélago como um todo e ao mesmo tempo atender a cada ilha, a cada freguesia, a cada lugar com as suas diferenças específicas.

Esta capacidade de tratar o arquipélago como um todo e cada pequeno lugar como uma entidade própria, é a grande arma e a força da autonomia açoriana.

Neste aspecto acreditamos, sinceramente, que o regime autonómico é insubstituível.

A Autonomia está também fundamentada na manutenção e defesa dos valores tradicionais e num certo modo de estar no mundo. Música, religiosidade, cozinha, costumes e tradições são realidades que dão corpo e alma ao povo açoriano e que o distinguem no todo nacional.

Neste momento, os Açores vivem uma autonomia tranquila.

A democracia que se vive no arquipélago é hoje uma democracia adulta que se enriquece com as diferenças e que as respeita.

Por outro lado, é evidente que ao longo do percurso autonómico nem tudo correu bem e alguns erros foram cometidos.

Apesar disso, quer-nos parecer que o saldo é positivo.

Há que reconhecer que os Açores estão hoje melhores do que há 20 anos atrás.

No entanto, o caminho a percorrer é ainda longo e duro.

É preciso criar melhores condições de vida que permitam aos jovens viverem aqui nas suas terras afastando o espectro da emigração.

Sabemos que este processo depende de muitos factores nomeadamente do económico. A economia destas ilhas tem uma escala pequena e a dependência económica é um facto.

Por isso, pede-se aos governantes, sejam eles quem forem, um esforço cada vez maior no aproveitamento e exploração dos recursos naturais do arquipélago.

Nós, jovens, apanhámos o comboio da autonomia em pleno andamento e subimos a bordo. Acompanhamos a caminhada cada vez com maior interesse, certos de que o nosso futuro depende daquilo que a autonomia conseguir.

Desejamos que os Açores de amanhã sejam ainda melhores do que são hoje.

Apelamos, a quem de direito, para que o regime autonómico seja melhorado e que contribua cada vez mais para o progresso destas ilhas, que são as nossas e nas quais queremos viver.

Que o regime autonómico dos Açores seja uma realidade cada vez mais perfeita e eficaz. Disso beneficiaremos todos: os açorianos em geral; os jovens em particular.

Viva a Autonomia! Viva os Açores!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Pereira.

**Mark Pereira (São Jorge):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Venho em representação da Escola Padre Manuel Azevedo da Cunha, concelho de Calheta, Ilha de São Jorge.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade que nos foi concedida para, em nome dos colegas da minha escola, poder pensar publicamente a Autonomia para o século XXI.

Como jovem entendo a definição regional do poder como a possibilidade, mais forte, de conceder às populações a organização efectiva do seu futuro.

Na verdade, a Europa, de que fazemos parte e queremos continuar a participar, é cada vez mais um espaço de crescimento e afirmação das diferenças que nos tornam iguais.

Pretendemos dizer que a nossa especificidade não se realiza no abandono da história comum, mas tão só se engrandece quando afirma a sua natureza própria.

A Autonomia constitui uma oportunidade única, e irrecusável, de tomarmos, em nossas mãos, o nosso próprio futuro e nós queremos, e devemos como jovens que somos, participar activamente naquilo que o tempo nos trará.

Sentimos, profundamente, por uma evidência sociológica, o problema do primeiro emprego. Na verdade, quanto mais nos empenhamos na qualificação das nossas capacidades menor possibilidades vemos de lograr alguma felicidade.

Não se pense que isto representa uma atitude negativa sobre as nossas possibilidades de constituir alguma coisa diferente e positiva, mas tão só a verificação de alguma coisa com a qual quotidianamente convivemos. Permito-me afirmar que não haverá qualquer autonomia possível para o séc. XXI que não passe por uma discussão séria e profunda com todas as partes interessadas, problemas do primeiro emprego, da fixação das populações jovem nos seus espaços de nascimento, da possibilidade de nos realizarmos como pessoas de corpo inteiro. A Região não pode e não deve continuar a acreditar na possibilidade de manter uma economia sem crescimento sustentado.

A Autonomia para o século XXI deve colocar, como primeira prioridade o problema do primeiro emprego daqueles que, teimosamente, continuam agarrados ao corpo da ilha. Não queremos, pensamos nós, deixar, deliberadamente, a terra que amparou e sentiu os nossos primeiros passos,

mas queremos, de certeza caminhar com ela, carinhosamente, desde que ela conosco viva e realize as nossas esperanças.

A Autonomia constitui, do nosso ponto de vista, uma possibilidade ímpar de tomarmos, nas nossas mãos, um futuro que rapidamente se aproxima. Queremos participar dele. Desejamos ajudar a defini-lo.

Queremos oportunidades para crescer e ser felizes.

Somos, efectivamente, uma Região ultraperiférica, com problemas difíceis de resolver. Não podemos, eternamente, desculparmo-nos com esse facto. O desafio reside no preciso momento em que, com as nossas limitações e dispersão geográfica formos capazes de tornar realidade o sonho que nos trouxe aqui e nos faz permanecer. Todos seremos poucos, mas juntos seremos capazes.

Tenho dito

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Machado.

**Deputada Joana Machado (Pico):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Professores e Colegas:

Comemorar a Autonomia significa, antes de mais, glorificar a liberdade e a independência de pensar, de sentir e de realizar.

Autonomia não é ausência de toda a lei, mas a liberdade moral do homem que escolhe os seus princípios de acção segundo a sua consciência ou a sua razão. A Autonomia deve, portanto, ser característica essencial do ser racional. O progresso, o bem estar colectivo, a justiça social, a solidariedade, não podem construir-se fora de um quadro de autonomia responsável. A história política dos homens tem sido um eterno braço de ferro entre o centralismo opressor e a ânsia irresistível de emancipação.

Este fim de século tem assistido a uma hiper-valorização do conceito de autonomia.

A ideia de um projecto autonómico para os Açores não é recente. Desde há muito, mesmo quando o país estava mergulhado em modelos políticos centralistas (monárquicos e republicanos), que o sonho de autonomia vigora

na cabeça e no peito de muitos açorianos. O 25 de Abril e com ele a conquista da liberdade, trouxeram-nos a possibilidade de construção de um modelo de autonomia para os Açores. Foram 20 anos de aperfeiçoamento e consolidação de um sistema em permanentes adaptações e ajustamentos.

Neste dia, neste momento, mais do que falar destes vinte anos, importa referir a auto-determinação do povo açoriano como um bem a preservar e a desenvolver. Defendendo-a, defendemos a nossa liberdade de cidadãos responsáveis, cidadãos açorianos, cidadãos portugueses, cidadãos do mundo.

Que o sonho que caracteriza as gentes dos Açores contribua para perpetuar este ideal autonómico que hoje festivamente comemoramos.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Herberto Oliveira.

**Deputado Herberto Oliveira (Pico):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Professores, Caros Colegas:

A Escola Básica 2,3 e Secundária de São Roque do Pico, congratula-se por esta iniciativa que nos permite ter uma maior aproximação com o órgão próprio da Autonomia e com a sua forma de funcionamento.

Contudo, gostaríamos que aquando da repetição de acções deste tipo, fossem criadas condições para uma melhor preparação de quem cá vem representar as suas escolas, nomeadamente desenvolver esta acção com temas mais concretos e com o apoio daqueles que elegemos.

Para nós reveste-se de alguma dificuldade falarmos na Autonomia numa perspectiva histórica. Aliás, a nossa geração prefere falar de futuro.

Do passado sabemos que a luta pela causa autonómica tem 100 anos. Sabemos das incongruências de um regime indiferente às nossas especificidades e sentimos o peso que de algum modo ainda perdura da instituição dos distritos.

Os jovens que aqui estão são já filhos da Autonomia. Não vivemos o 25 de Abril, não vivemos períodos revolucionários nem períodos de carência generalizada de infraestruturas.

Crescemos numa época em que as oportunidades, nomeadamente em termos de ensino são já vastas e em que o estado sócio-económico e cultural de uma sociedade nos permite ter outros desejos e também nos obriga a outras preocupações.

Informação e Ambiente, são duas preocupações fundamentais da juventude de hoje e que têm que ser reflectidas pelos órgãos da Autonomia.

Os principais problemas de um passado próximo, como por exemplo a subsistência de uma economia rural pouco industrializada em que o turismo não dispunha de condições para o seu desenvolvimento, tornaram-se actualmente em grandes trunfos da nossa Região.

Com as infraestruturas básicas construídas e sem ter havido grandes danos ao ambiente, estamos em condições de preservar o nosso maior bem sensibilizando todos para tal, de modo a que entendam a qualidade de vida que disfrutamos e a harmonia entre o homem e o ambiente que na Região se sente.

Como jovens estamos sensibilizados para esta área.

Porém, para incrementarmos a nossa qualidade de vida e disfrutarmos simultaneamente não só desta qualidade mas também das oportunidades do mundo moderno, pensamos que a informação deverá ser uma das grandes apostas daqueles que nos governam.

O acesso à INTERNET com custos idênticos em todas as ilhas, o acesso à TV por cabo da mesma que os grandes centros da Região têm, o acesso aos meios de comunicação social e aos livros em tempo oportuno a preços acessíveis e idênticos em toda a Região deverão ser, em nosso entender, grandes preocupações.

Numa palavra, gostaríamos de deixar uma mensagem relativamente à grande aposta que achamos dever ser feita nas acessibilidades não só a nível dos transportes aéreos e marítimos, mas também nas novas tecnologias da informação normalmente tidas como as auto-estradas da comunicação.

Sentimos e percebemos o privilégio de viver nos Açores reflectido pelos padrões de qualidade de vida em que o ambiente é a peça n.º1.

A Ilha do Pico é um dos expoentes dessa qualidade onde ambiente e tradição melhor se conjugam, desde o património da vinha ao património baleeiro e ao património arquitectónico.

Concluir infraestruturas é importante, mas também é crucial preservar e defender os nossos maiores valores: a montanha, a floresta das nuvens, os

mistérios, os currais de vinha, os maroiços, os sulcos dos carros de bois na pedra queimada.

Ter-se-ão de encontrar opções que preservem sem travar o progresso, na medida em que não queremos ter uma reserva humana nem tão pouco jardineiros do Pico ou exclusivamente conservadores de um Museu vivo numa Ilha morta.

É certo, talvez, que nos tenhamos desviado na última fase desta intervenção. Contudo, entendemos que o nosso contributo nesta Sessão não deveria ficar por uma análise histórica, generalista e política da autonomia.

A Autonomia para nós é concreta, sempre vivemos com ela e por isso não a questionamos nem a debatemos filosoficamente.

Queremos sim que esta Autonomia faça cada vez mais com que as decisões sejam melhor tomadas. Nestas decisões, a participação de uma juventude mais informada, é muito importante e queremos que nos informem, pois queremos participar na medida em que as melhores decisões são aquelas tomadas junto de quem vai sofrer as suas consequências.

Por outro lado, os vários órgãos da nossa Autonomia terão sempre de ter presente a Região como um todo.

Temos que demonstrar solidariedade para depois a pedirmos.

Não será por uma secretaria estar localizada numa ou noutra ilha, que seremos pior geridos. O fundamental é governar junto do povo.

Ao Estado Português pedimos que não confunda autonomia com regionalização, nem os Açores com o Ribatejo.

Vozes da Câmara: Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A nossa Autonomia não foi uma conquista da força, mas sim da razão, a mesma razão que faz com que exijamos de Portugal, como portugueses, o atendimento às nossas diferenças e um olhar para a memória de uma nação que tantos anos nos esqueceu e a quem com orgulho já demos tanto e queremos dar mais.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Garcia.

Deputado Pedro Garcia (Faial): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Escola Secundária G/B Dr. Manuel de Arriaga da Horta quer, em primeiro lugar, congratular a Região Autónoma dos Açores pelos 20 anos da Autonomia Político-Administrativa, bem como saudar a Assembleia Legislativa por esta iniciativa que está a permitir o convívio e a partilha de ideias entre jovens destas nove ilhas, contribuindo assim, para que a juventude tenha oportunidade de participar mais activamente na vida colectiva da nossa sociedade.

Tendo em conta que estamos a celebrar uma data muito importante para açorianos, pois este novo Regime Político-Administrativo saído do 25 de Abril veio de encontro às lutas corajosas do nosso povo, torna-se pertinente relembrar as razões que estiveram na sua base; razões estas bem expressas no artigo 227.º (ponto n.º 1 e 2 ) da Constituição da República Portuguesa e que passamos a citar:

“O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.

A Autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos portugueses.” (fim de citação).

A Autonomia surgiu, portanto, como o justo reconhecimento das aspirações dos açorianos e como único meio de assegurar a identidade característica do povo insular.

Ora, sendo esta Região uma sociedade viva, em contínua mudança, encarando novos problemas dia-a-dia, necessita de estar em permanente aperfeiçoamento. Para que este aperfeiçoamento se verifique é necessário que haja diálogo, participação e debate.

Os cidadãos devem estar envolvidos na tomada de decisões que a eles dizem respeito. Desta forma, percebe-se que a resolução dos problemas locais não pode vir de fora, pois se assim fosse as soluções não estariam adequadas à realidade específica da Região.

Deste modo, apoiamos uma Autonomia que, acima de tudo, explore todos os recursos que a Região pode oferecer “nomeadamente, nos sectores da Agropecuária, Pesca e Turismo. Só com uma exploração adequada destes recursos a Região poderá evoluir economicamente, tornando-se menos dependente dos meios financeiros assegurados pelo Estado. Contudo, nós, jovens, consideramos que a rentabilização de todos estes recursos passa pelo empenhamento de todos, principalmente dos governantes, na área da Educação.

Precisamos de garantir soluções que cativem os jovens. A sociedade açoriana tem que defender os seus interesses, tem de apresentar condições para que nós, os jovens, nos sintamos sempre bem, dando também o nosso contributo para o enriquecimento da Região. Para isso, é necessário que se invista na Educação, por exemplo, construindo infraestruturas capazes de responder ao número crescente de alunos e criando cursos que garantam a colocação no mercado de trabalho. É imprescindível que os jovens que saem dos Açores para prosseguirem estudos superiores, voltem às suas ilhas formando, assim, quadros especializados e de qualidade. Só assim, poderemos enveredar pelo caminho da esperança num futuro melhor.

Na verdade, neste final de século, é importante que todos estejamos unidos na concretização de um único objectivo: o progresso, o desenvolvimento económico, garantindo a qualidade de vida, a justiça social, os níveis desejáveis de educação e saúde e apoiando a iniciativa privada, verdadeiro motor da economia. Todavia, só mediante uma reflexão crítica e justa poderemos aperfeiçoar, aprofundar e defender a nossa Autonomia, tornando-a mais eficaz e mais adequada.

Apoiamos uma Autonomia que, acima de tudo, afirme os valores do povo ilhéu.

Muito Obrigado!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Sílvia Estácio.

**Deputada Sílvia Estácio (Flores):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Desde já e como representante das Flores, pela Escola Básica e Secundária Padre Maurício de Freitas, agradeço a oportunidade dada a estes jovens que serão, certamente, os artífices da autonomia do futuro.

A autonomia político-administrativa do arquipélago dos Açores, fundamentada em condicionalismos geográficos, económicos e sociais e no respeito pelas “aspirações autonomistas” que explicam a especificidade insular, tornou-se o marco da descentralização das funções do Estado em relação ao povo açoriano.

Desde cedo, foram notórios os problemas produzidos por um poder centralizador que, governando as ilhas à “distância” e, por isso mesmo, desconhecendo os seus problemas, reprimiu as suas hipóteses de desenvolvimento e desencadeou um sentimento de descontentamento nos açorianos: o ideal autonómico nasceu, então, na crise.

Quando em 1895, em pleno regime liberal, foram finalmente escutadas as pretensões dos homens das ilhas, existia a convicção generalizada de que seria conquistada a tão almejada Autonomia.

Contudo, a criação dos três distritos insulares, que tinham uma mera Autonomia administrativa, nunca correspondeu totalmente à expectativas já que esta era abalada por demasiadas preocupações financeiras sendo dependente, neste aspecto, do Estado.

Foi a Revolução do 25 de Abril que trouxe a garantia, não apenas da liberdade e democracia, mas também do reacender do ideal autonómico perante a visão de uma crescente crise económica e social que singrava no arquipélago e após anos de repressão por um regime nacionalista e ditatorial.

Na nova Constituição, proclamada a 2 de Abril de 1976, foram criadas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que, tinham como objectivos, e cito, “a participação democrática dos cidadãos (no governo das suas ilhas), o desenvolvimento económico e social e a promoção e defesa dos interesses regionais”, tendo em consideração uma união nacional baseada nas diferenças regionais.

Agora, passados 20 anos, urge dar a esta autonomia um novo impulso: cabe a nós, jovens, demonstrar outras ideias (as nossas) e um novo sentido de rebeldia que seja o de vontade de progresso.

A autonomia no século XXI deverá ser realizada por homens e mulheres que sejam, eles próprios autónomos, capazes de escolher a orientação a doar às suas vidas sem que exista vontade de se submeterem às opções dos outros. Para que esta nova geração alcance a sua verdadeira autonomia pessoal, é importante proporcionar-lhe novas oportunidades, no sentido de desenvolver as suas capacidades e alcançar a sua maturidade. É, certamente, da vontade de pessoas autónomas e livres, vivendo em democracia, que nasce o desenvolvimento das sociedades e a resolução óptima dos problemas.

Não se deverá encarar a Autonomia conquistada em 1976 segundo um aspecto definitivo e permanente. Autonomia, significa capacidade de auto-governo: mas, que será desta faculdade quando se desistir de lutar por ela em cada dia? Ela deverá sim, ser encarada como uma conquista diária a realizar baseada na livre expressão de ideias e na contestação daquilo em que não se acredita (senão, qual o sentido de uma revolução dos cravos?). Deste modo, a tal faculdade de auto-governo sofrerá um melhoramento e proporcionará o desenvolvimento das ilhas.

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fábio Fraga.

**Deputado Fábio Fraga (Corvo):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitando a oportunidade de estar presente neste Parlamento, órgão máximo da Região Autónoma dos Açores, não posso deixar de passar a ocasião para falar sobre a ilha pela qual sou eleito.

Falar sobre o Corvo e os seus problemas, será a minha tentativa, aliada à falta de experiência que poderei demonstrar neste tipo de intervenção, mas resta-me o ânimo de quem quer o melhor para a sua terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No respeitante à Educação, a falta de uma escola faz-se sentir. Sabemos que a sua construção está para breve mas achamos por bem frisar este assunto, não devendo ser esquecidas as áreas de apoio necessárias, tais como as referentes à disciplina de Educação Física. Com o leccionamento do 9.º ano, felizmente deixou de ser necessária a nossa saída do Corvo para estudar nas outras ilhas.

A separação de um jovem da sua família e ambiente não é benéfica deixando muitas vezes marcas inesquecíveis.

Congratulamo-nos com a medida tomada e esperamos o apoio do Governo para continuação dos estudos efectuados na nossa ilha e junto da família.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como jovens que somos a preocupação com o futuro está sempre presente. Não vemos, neste momento, grandes oportunidades de emprego a médio e longo prazo na nossa ilha. Não queremos ser obrigados a procurar emprego noutra local, com a separação das nossas famílias e com a consequente saída do Corvo. O Governo Regional terá de investir em sectores que permitam a criação de novos postos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino desejando a vossas excelências um bom trabalho no desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e esperando que reuniões como esta se possam realizar mais vezes para o enriquecimento da juventude destas nove ilhas que, debatendo entre si os problemas que bem conhecem, fortalecem a democracia e dão um testemunho da sua vitalidade.

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, Deputado Humberto Melo, apresento os meus agradecimentos por este evento e ficam os meus parabéns pela passagem dos 20 anos de funcionamento deste Parlamento.

Tenho dito

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Terminadas as intervenções, vamos iniciar o debate.

Se algum dos Srs. Deputados quiser fazer alguma consideração, faça o favor de se inscrever.

(Pausa)

Uma vez que não se inscreveu ninguém, o meu colega, Deputado Paulo Silva, vai ler uma carta oriunda da Escola Secundária da Ribeira Grande dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, cujo assunto é: “Celebração do XX.º Aniversário da Autonomia Político-Administrativa da Região Autónoma dos Açores”.

Secretário (Paulo Silva):

1. Saudar em V. Ex<sup>a</sup> o Vigésimo Aniversário da Assembleia Legislativa Regional, o primeiro dos Órgãos Próprios de Governo dos Açores, que consubstancia a Autonomia por que o Povo Açoriano tanto aspirou e que a quer ver, cada vez mais, dignamente prestigiada no aumento e clarificação dos seus poderes e numa sempre renovada eficácia e qualidade dos seus processos, métodos e resultados;

2. Felicitar o Parlamento Açoriano pela iniciativa inédita da realização de uma Sessão Especial Comemorativa, cujos intervenientes principais são jovens e adolescentes da Região representantes de Instituições de Ensino que, assim, podem participar directa e pessoalmente, ainda que simbolicamente, no Areópago Político responsável pela condução de grande parte dos nossos destinos, num reconhecimento de que à Juventude e às Escolas cabe um papel de primordial importância na construção do nosso viver quotidiano;

3. Apoiar todos os participantes e intervenções e concordar com o que venham a declarar, na certeza e confiança de que o que disserem o farão com verdade, transparência, espontaneidade, irreverência e vontade de bem servir, qualidades peculiares da Juventude;

4. Sugerir que seja discutida e aprovada, pelos jovens presentes, uma proposta no sentido de, anualmente, serem efectuadas uma ou mais “Sessões Parlamentares Especiais” em que sejam eles os intervenientes activos e de cuja agenda constariam temas e assuntos relacionados com Juventude, bem como outros de interesse geral, relacionados com a actividade da própria Assembleia Regional;

5. Recomendar que essa deliberação seja ratificada, posteriormente, pelo próprio Parlamento e incluída no respectivo Plano de Actividades. Assim se atingiriam os objectivos, entre outros, de dar a conhecer aos jovens o Órgão Legislativo Regional e se possibilitaria a sensibilização de eventuais deputados que, desde já, se sentiriam motivados para a participação activa na política, nomeadamente através de inúmeras e diversificadas Instituições juvenis existentes nos nossos Açores. Seria, certamente, uma forma concreta

de preparar e antecipar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores do século XXI.

Melhores cumprimentos! Feliz Aniversário! Votos de maior sucesso!

O Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Geral e Básica, da Ribeira Grande: Manuel Francisco Almeida Aguiar

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Antes de mais, ponho à votação esta proposta, apresentada pela Escola da Ribeira Grande, para que todos os anos se realize nesta Assembleia uma sessão especial em que participem alunos jovens a falar sobre vários temas de acordo com os seus interesses.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

A Sra. Deputada que discorda, faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 43 votos a favor e registou 1 voto de abstenção.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Algum Sr. Deputado presente pretende pedir algum esclarecimento?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Ramos.

**Deputado Mário Ramos (Terceira):** Exma. Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Todos os discursos aqui apresentados falaram sobre a Autonomia e, por algumas vezes, nos problemas por ela levantados.

Sendo assim, gostaria de colocar uma questão para verificar a validade da autonomia no século que se aproxima.

Numa Europa que, desde sempre, teve tendência a formar “impérios” — o Império Romano, o Império Napoleónico, o Hitelariano e actualmente a União Europeia — que futuro terão as autonomias regionais neste contexto político e económico?

Por outras palavras, que futuro terão as autonomias regionais numa Europa que tende unificar-se política e economicamente?

Gostaria que alguém interessado respondesse à questão por mim colocada.

Presidente: Para prestar o esclarecimento solicitado, tem a palavra a Sra. Deputada Helena Melo

**Deputada Helena Melo (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acho que as autonomias serão sempre respeitadas mesmo que venhamos a pertencer a uma comunidade europeia.

Na minha opinião, será benéfico para todos obter estas ajudas, já que fazemos parte da Comunidade Europeia.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Sousa.

Deputada Maria José Sousa (Flores): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveito a oportunidade para pedir para a Ilha das Flores alguns melhoramentos, nomeadamente para as estradas que há 14 meses estão à espera de obras. Depois do temporal que por lá passou, tudo continua na mesma.

Quem viajar para as Lajes, tem uma viagem terrível.

Para a Fajã, o ponto turístico da Ilha das Flores mais procurado, é muito difícil chegar lá.

**Vozes (PCP):** Está a ouvir Alberto?

**A Oradora:** Nós falámos muito em Autonomia, mas na minha opinião, os jovens deverão ter aqui um outro papel, no sentido de apelar pelos seus problemas, pelos problemas da sua ilha e não vir para aqui dizer meia dúzia de coisas bonitas e regressarmos para as nossas casas e as coisas continuarem na mesma.

Vozes da Câmara: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Carvalho.

**Deputado Rafael Carvalho** (*São Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sou de São Miguel, Concelho da Povoação que é constituído por 6 freguesias, tendo como sede de concelho a Vila da Povoação com as suas 7 lombas.

Dependemos economicamente da agricultura, da pesca e do turismo que faz movimentar o nosso concelho.

Somos a Escola Básica 2,3 Secundária, Maria Isabel do Carmo Medeiros — Povoação.

Esta escola iniciou o 10.º ano no ano lectivo transacto e este ano prepara-se para leccionar o 11.º.

A Escola enfrenta dificuldades. Há falta de condições, pois as salas são poucas e somos obrigados a ter aulas por cima da farmácia.

Neste ano, as aulas de moral possivelmente serão dadas na Igreja.

O equipamento é escasso, o que se verifica muito no 10.º ano com a falta de um laboratório adequado que só tem 1 ou 2 microscópios.

Também nas aulas de informática, os computadores eram poucos para tantos alunos.

Por isso, é muito urgente a ampliação da nossa escola.

Tenho dito.

Vozes da Câmara: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Helena Melo.

**Deputada Helena Melo** (*São Miguel*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveitando esta ocasião, gostaria de dar a conhecer os problemas do concelho e da escola do Nordeste.

Assim, começamos por referir alguns dos problemas do concelho tal como o difícil acesso ao Nordeste que deveria ser solucionado com o melhoramento das estradas e transportes de modo a encurtar a distância entre Ponta Delgada e Nordeste.

Outro problema que gostaríamos de ver aqui referido, é o facto do Centro de Saúde precisar de mais material e pessoal especializado para poderem ser efectuadas pequenas cirurgias que actualmente só são feitas em Ponta Delgada.

A nível da escola, existe uma grande falta de verbas para criar novos espaços necessários ao funcionamento da escola, já que o ensino secundário foi aberto sem ter a totalidade das infraestruturas adequadas ao seu decorrimto. Por exemplo, o agrupamento científico-natural da escola, encontra-se em grande desvantagem em relação às outras escolas, pois não tem tido verbas para adquirir material adequado e indispensável para as mesmas.

É de salientar igualmente, que todo o edifício escolar necessita de reparações a nível das infiltrações de águas, das canalizações, etc....

Existe falta de pessoal humano especializado para que possam ser abertas outras áreas opcionais.

Estes são os problemas que achamos ser de máxima importância referir e que para os quais pedimos a vossa atenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Sousa.

**Deputada Maria José Sousa** (*Flores*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveito a oportunidade para pedir para a Ilha das Flores alguns melhoramentos, nomeadamente para as estradas que há 14 meses estão à espera de obras. Depois do temporal que por lá passou, tudo continua na mesma.

Quem viajar para as Lajes, tem uma viagem terrível.

Para a Fajã, o ponto turístico da Ilha das Flores mais procurado, é muito difícil chegar lá.

**Vozes (PCP):** Está a ouvir Alberto?

**A Oradora:** Nós falámos muito em Autonomia, mas na minha opinião, os jovens deverão ter aqui um outro papel, no sentido de apelar pelos seus problemas, pelos problemas da sua ilha e não vir para aqui dizer meia dúzia de coisas bonitas e regressarmos para as nossas casas e as coisas continuarem na mesma.

**Vozes da Câmara:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Carvalho.

**Deputado Rafael Carvalho (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sou de São Miguel, Concelho da Povoação que é constituído por 6 freguesias, tendo como sede de concelho a Vila da Povoação com as suas 7 lombas.

Dependemos economicamente da agricultura, da pesca e do turismo que faz movimentar o nosso concelho.

Somos a Escola Básica 2,3 Secundária, Maria Isabel do Carmo Medeiros — Povoação.

Esta escola iniciou o 10.º ano no ano lectivo transacto e este ano prepara-se para leccionar o 11.º.

A Escola enfrenta dificuldades. Há falta de condições, pois as salas são poucas e somos obrigados a ter aulas por cima da farmácia.

Neste ano, as aulas de moral possivelmente serão dadas na Igreja.

O equipamento é escasso, o que se verifica muito no 10.º ano com a falta de um laboratório adequado que só tem 1 ou 2 microscópios.

Também nas aulas de informática, os computadores eram poucos para tantos alunos.

Por isso, é muito urgente a ampliação da nossa escola.

Tenho dito.

Vozes da Câmara: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Helena Melo.

**Deputada Helena Melo** (*São Miguel*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveitando esta ocasião, gostaria de dar a conhecer os problemas do concelho e da escola do Nordeste.

Assim, começamos por referir alguns dos problemas do concelho tal como o difícil acesso ao Nordeste que deveria ser solucionado com o melhoramento das estradas e transportes de modo a encurtar a distância entre Ponta Delgada e Nordeste.

Outro problema que gostaríamos de ver aqui referido, é o facto do Centro de Saúde precisar de mais material e pessoal especializado para poderem ser efectuadas pequenas cirurgias que actualmente só são feitas em Ponta Delgada.

A nível da escola, existe uma grande falta de verbas para criar novos espaços necessários ao funcionamento da escola, já que o ensino secundário foi aberto sem ter a totalidade das infraestruturas adequadas ao seu decorrimto. Por exemplo, o agrupamento científico-natural da escola, encontra-se em grande desvantagem em relação às outras escolas, pois não tem tido verbas para adquirir material adequado e indispensável para as mesmas.

É de salientar igualmente, que todo o edifício escolar necessita de reparações a nível das infiltrações de águas, das canalizações, etc....

Existe falta de pessoal humano especializado para que possam ser abertas outras áreas opcionais.

Estes são os problemas que achamos ser de máxima importância referir e que para os quais pedimos a vossa atenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Sousa.

**Deputada Maria José Sousa (Flores):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Existe muita controvérsia pela existência da figura do Ministro da República nos Açores.

Gostava de perguntar aos meus colegas deputados se acham que o Ministro da República é um “espartilho” para a Autonomia Açoriana?

Presidente: Para prestar o esclarecimento solicitado tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Carvalho.

**Deputado Rafael Carvalho (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acho que fazemos parte do território nacional e, na minha opinião, é de extrema importância que o Governo da República tenha nos Açores algum representante.

Muito obrigado

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Soares.

**Deputada Filomena Soares (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há alguns tempos atrás foi prometido para Santa Maria um barco que faria a ligação entre as ilhas do Grupo Oriental.

Este barco até hoje ainda não apareceu e isto porque foram adiando de dia para dia e de mês para mês a sua chegada.

Alguém me sabe responder onde é que pára o barco...?

(Risos da Câmara)

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Esperemos que alguém saiba responder à questão da nossa colega.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lena Amaral.

**Deputada Lena Amaral (São Jorge):** Sr. Presidente, Srs. Deputados,

A Escola Básica 2.º e 3.º ciclo e Secundária da Calheta — Padre Manuel Azevedo da Cunha — como qualquer outra escola tem problemas.

Na verdade, ela foi criada e pensada para o 2.º ciclo e hoje, felizmente, tem o 3.º ciclo e ensino secundário.

Consequentemente, a população estudantil aumentou.

O espaço físico disponível é exíguo.

Acresce o problema da infiltração de água no telhado que lentamente está a deteriorar todo o edifício e o ginásio só é um espaço coberto quando não chove.

O secundário trouxe exigências a nível de biblioteca e de equipamento, nomeadamente, laboratórios e atelier que ainda não foram satisfeitas.

Só um grande espírito de missão e de sacrifício, junto com alguma imaginação tem permitido ultrapassar estas situações.

Não há sucesso escolar possível sem estruturas mínimas.

É preciso juntar a mais ensino, melhor ensino e resolver estes problemas de base.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Dénia Azevedo.

**Deputada Dénia Azevedo** (*São Jorge*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para dizer que, em princípio, nós não precisamos de nenhum Ministro da República, com o devido respeito, porque os Açores sabem muito bem aquilo que fazem e tenho a certeza que somos 100% honestos e não precisamos de ninguém cá a vigiar-nos.

Vozes da Câmara: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação ao barco, eu julgo que ele fica como as ilhas... esquecido.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Pereira.

**Deputado Mark Pereira** (*São Jorge*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na minha opinião, cada uma destas intervenções ficam terrivelmente incompletas sem uma resposta, ainda que breve, do Presidente do Governo Regional dos Açores.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Madruga da Costa*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho o maior prazer em poder usar da palavra neste debate e por duas razões: primeiro, pelas funções que desempenho e pelas quais tenho que me

desincumbir pelas respostas que vou dar às questões que foram aqui afloradas e levantadas pelos diversos deputados e, em segundo lugar, por uma razão que tem a ver com o coração, uma vez que faço parte, junto com dois deputados presentes nesta Casa, daqueles que há 20 anos atrás estavam presentes na 1.<sup>a</sup> Sessão desta Assembleia.

Foi com muita emoção que ouvi algumas das intervenções aqui proferidas, porque a minha geração, e aquelas que ao longo destes anos têm vindo a construir os Açores e a Autonomia, por vezes interrogamo-nos sobre quais os caminhos que vão ser percorridos.

Não há dúvida nenhuma que os Açores têm aqui o seu futuro. O futuro dos Açores está nesta juventude que veio de diversas ilhas, que aportou à Horta, se instalou nesta Sala e que com clareza, coragem, simplicidade e grande abertura, deu conta da própria visão da sua terra e do mundo que é criado.

Parabéns aos jovens que aqui estão e que representam os jovens dos Açores!

É bonito ouvir dizer e exclamar no final de cada intervenção “Viva os Açores! Viva a Autonomia! Viva Portugal!”.

Quem assim fala tem esperança e a esperança é aquilo que a todos nos anima e que faz com que cada um de nós e também o Presidente do Governo junto com os seus colaboradores, possa todos os dias enfrentar os problemas gravíssimos que a nossa Região tem.

Nunca os escondemos, nunca deles demos conta diversa daquela que é a verdade, conforme a realidade que vivemos.

Curiosamente experimentamos aqui esta experiência graciosa de ver que os jovens dalgumas ilhas trazem os mesmos problemas que os velhos. Sinal certo que em cada ilha os Srs. Deputados estão bem entrosados com os jovens, com os eleitores, com as pessoas que vivem em cada um dos nossos círculos eleitorais e, ao fim e ao cabo, dá também testemunho daquilo que por vezes se quer dizer o contrário, ou seja, que a Assembleia tem expressão junto do nosso povo e junto das camadas jovens. Os jovens conhecem a Assembleia, conhecem as suas limitações e também conhecem as suas possibilidades e as suas potencialidades.

Algumas das questões que aqui são afloradas, são questões reais e significam o aceleração com que algumas decisões tiveram que ser tomadas para podermos apanhar o comboio da modernidade.

Todas as escolas das vilas das sedes de concelho que eram apenas escolas preparatórias e que de um ano para o outro passaram a secundárias e que no

outro ano a seguir passaram a preparar o ensino do 10.º, 11.º e agora 12.º anos, todas estas escolas estão curtas, estão estreitas, as pessoas já não cabem lá dentro porque elas foram feitas em determinada altura para albergar o ensino preparatório e de repente teve que se passar, para ir ao encontro das reclamações dos jovens e dos seus pais de terem os seus filhos nas suas ilhas, nas suas freguesias, para 7.º, 8.º e 9.º anos. Mas quando já se tinha chegado ao 8.º e 9.º ano e ainda estavam a acabar algumas escolas e alguns sítios ainda não tinham escola, já lá apareceram outros a pedir o 10.º e o 11.º. Foram as próprias câmaras municipais que estiveram por vezes nalguns casos, e até nalguns concelhos aqui aflorados, à frente de arranjar facilidade para que existisse nessas vilas o 10.º e o 11.º anos.

Agora, o que o Governo está a fazer é um levantamento geral de todas as necessidades que existem em cada uma das escolas que passaram em dois ou três anos de preparatórias para escolas básicas do 2.º e 3.º ciclos e secundárias, e tentar ter projectos prontos para que se possa no próximo plano a médio prazo dar resposta às mesmas.

É possível criar-se um projecto mais ou menos modelo, porque as escolas têm muitas semelhanças umas com as outras, e criar espaços que são necessários a nível dos laboratórios, espaços oficinais e espaços de lazer para dar respostas às necessidades destes alunos.

O Governo tem esta matéria na mão, tem-na equacionada e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e o Sr. Secretário Regional das Obras Públicas têm vindo a tratar deste assunto e já há trabalhos feitos sobre cada uma das escolas.

Em relação às questões que aqui se colocaram sobre o desenvolvimento do turismo e dos transportes, o que temos hoje não tem nada a ver, como já aqui foi dito, com o que tínhamos há 20 anos.

Curiosamente, ao mesmo tempo que dizemos e que constatamos esta realidade, logo de seguida já pedimos mais. Esta é a grande dinâmica da nossa sociedade, ou seja, cada vez que vemos um problema resolvido logo a seguir outro se coloca e para esse outro temos que encontrar solução e temos que encontrar uma resposta de imediato.

Às vezes o imediato não é tanto breve nem rápido quanto necessário e até parece que já cai no esquecimento e às vezes também parece que cai no esquecimento quem é que é o responsável pela proposta. É que no caso do barco de Santa Maria, não foi o Governo quem tomou a iniciativa. Alguém andou atrás do barco, alguém procurou o barco e neste momento alguém se esqueceu do barco, não por parte do Governo, porque o Governo em relação

ao barco cumpriu a sua obrigação no que toca a ele servir as ilhas do triângulo.

Neste aspecto, estamos perfeitamente tranquilos....

**Vozes (PS):** Não apoiado! Pura demagogia!

Isto não é resposta que se dê a estas crianças que não conhecem outra realidade.

Desde o princípio que está fazendo demagogia!

**O Orador:** Se me permitem....

Eu também gostaria de declarar que a vida parlamentar tem destas coisas.

(Risos da Câmara)

Eu estava sentado naquela cadeira quieto e sossegado, pediram para dar algumas respostas, estou a dá-las com honestidade. Pelo santo amor de Deus!

Na altura em que houve um aluno que pediu que o Presidente do Governo desse resposta à questões colocadas, alguns sorriram pensando que o Presidente do Governo não tinha resposta para dar.

Como o Presidente do Governo dá a resposta, já está a fazer demagogia....

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Temos que nos entender!

Não tenho problema, penso que dei resposta às questões e não queria de forma nenhuma tirar o brilho desta sessão, o encanto que ela teve.

Penso que esta sessão merece o respeito de todos nós, pelo menos o meu merece.

Para que não haja mais problemas podia já responder a tudo e elucidar sobre tudo, mas também penso que, parlamentarmente falando, tenho que me conter ao tempo e faço-o disciplinarmente.

Sra. Presidente, muito obrigado.

(Aplausos da câmara)

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Rita Andrade.

**Deputada Rita Andrade** (*Terceira*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Exmos. Srs. Deputados e Membros do Governo:

Falo não por mim ou pela minha ilha, mas sim pelos Açores.

É necessário que haja informação suficiente sobre este arquipélago em Portugal Continental, pois é triste chegarmos a qualquer ponto do nosso país e descobrirmos que para eles os Açores se resumem a uma só ilha.

Que pelo menos nas escolas do continente haja um pouco de cultura geral.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Machado.

**Deputada Joana Machado** (*Pico*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria pedir desculpa ao Sr. Presidente do Governo Regional por pedir mais uma vez a sua intervenção, mas gostaria de perguntar-lhe para quando se prevê o melhoramento do estado vergonhoso em que se encontram as estradas da Ilha do Pico?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa):** Sra. Presidente:

Sem mais rodeios, efectivamente, o estado em que se encontravam as estradas da Ilha do Pico e também da Ilha do Faial era vergonhoso.

Foram feitos os projectos, as obras foram levadas a concurso e estão a realizar-se e, neste momento, pelo menos o estado de uma parte das estradas do Pico, já é menos vergonhoso.

Resta alguma parte que seguirá no concurso das obras que estão a realizar-se quer no Faial quer no Pico e portanto, hão-de seguir o seu curso.

O Pico e o Faial hão-de ter as suas estradas arrançadas como estão nas outras ilhas da Região só que, durante muitos anos, as estradas estiveram num péssimo estado.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada Márcia Rosa.

Márcia Rosa (Pico): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já que estivemos a falar com tanto orgulho nas escolas básicas 2,3 e secundárias da Região, eu apenas gostaria de perguntar se há alguém aqui que estude numa escola básica e secundária que não tem refeitório?

(Pausa)

Não há, mas eu e o meu colega de São Roque do Pico temos esse problema.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Tânia Lemos.

**Deputada Tânia Lemos** (*Terceira*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu apenas gostaria de perguntar à Sra. Deputada que há pouco disse que o cargo de Ministro da República não fazia falta, quem é que exerceria as suas funções, designadamente o veto e a publicação de leis?

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Helena Melo para prestar o esclarecimento pedido.

**Deputada Helena Melo (São Miguel):** Sra. Deputada, importa-se de repetir a pergunta?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Tânia Lemos.

**Deputada Tânia Lemos (Terceira):** Gostaria de saber, na sua opinião, quem exerceria as funções de Ministro da República, designadamente a assinatura e o mandar de publicar as leis regionais?

Deputada Helena Melo (São Miguel): Sra. Deputada, seria o nosso Presidente Regional, é claro.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Medeiros.

**Deputado Octávio Medeiros (São Miguel):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ilustres Membros do Governo, Membros da bancada da oposição:

(Aplausos da Câmara)

O cargo de Ministro da República foi de extrema importância.

Neste momento, em que já temos a livre administração dos Açores pelos açorianos (há 20 anos), na minha opinião, este cargo é anacrónico e inútil neste momento.

Tal como disse, o direito de veto tem que ser exercido caso seja necessário manter a liberdade democrática.

Portanto, em resposta à sua pergunta, somente o Presidente da República de todos os portugueses, pois também nós somos portugueses e não só açorianos, é que o pode fazer.

(Aplausos da Câmara)

O Presidente da República tem o direito de veto sobre a Assembleia da República, não vejo porque razão não haveria de ter sobre a Assembleia Regional.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Pereira.

**Deputado Mark Pereira (São Jorge):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sinceramente, eu sinto-me açoriano, mas acima de tudo sinto-me português.

Eu não concordo com aqueles que por exemplo hoje querem extinguir o cargo de Ministro da República. E amanhã? Vamos tornar os Açores independentes?

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Helena Melo.

Deputada Helena Melo (São Miguel): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Extinguir o cargo de Ministro da República não significa que temos que tornar os Açores independentes em relação a Portugal Continental.

O que quero dizer é que façamos com que Portugal Continental entenda que nós também temos os nossos direitos. Nós não somos uma Região abandonada no meio do Atlântico.

Precisamos que alguém olhe por nós e esse alguém tem que ser alguém que conheça esta Região. Por isso é que não podemos perder a nossa Autonomia desta maneira.

Não sei se me fiz entender.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silveira.

**Deputado Rui Silveira** (*São Jorge*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No lugar de termos um continental nos Açores, porque não termos um açoriano no Continente a representar os Açores?

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José.

Deputada Maria José Sousa (Flores): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Hoje, usámos muitas vezes a expressão “um todo”.

Penso que um todo é Portugal dividido em várias regiões, cada uma lutando por si própria, mas para o desenvolvimento do país inteiro.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Rita Gago da Câmara.

**Deputada Rita Gago da Câmara** (*Santa Maria*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a esse todo da qual a Sra. Deputada falou, nós somos 9 ilhas e para haver um desenvolvimento equilibrado, logicamente tem que haver desenvolvimento em todas as ilhas.

Infelizmente, parece haver uma certa discriminação, porque os Açores são basicamente constituídos por 3 ilhas, São Miguel, Terceira e Faial, uma vez que estas são as mais beneficiadas.

As chamadas “ilhas frágeis” também têm direito!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Tânia Lemos.

Deputada Tânia Lemos (Terceira): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu concordo inteiramente com a Deputada de Santa Maria, porque a Ilha das Flores é mais um desses casos referenciados.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Mais algum Sr. Deputado pretende intervir.

(Pausa)

Uma vez que ninguém se inscreveu, declaro encerrado o debate e para terminarmos a nossa Sessão tem a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

**Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Humberto Melo):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Professores, Caros Jovens:

As primeiras palavras são para saudar e agradecer às Escolas, Professores e alunos que aceitaram participar nesta sessão do vigésimo aniversário da Assembleia Legislativa e também para evocar e felicitar todos aqueles que, com a sua dedicação e empenho, contribuíram ao longo destes anos, para o prestígio e a afirmação deste órgão de governo próprio dos Açores.

Neste cumprimento abarco os deputados a quem em primeira instância cabe a actividade parlamentar, os órgãos de comunicação social que difundem os trabalhos da Assembleia e das Comissões formando a sua imagem na opinião pública e ainda os servidores da Administração Pública sem os quais dificilmente o Parlamento desempenharia a sua missão.

Esta “invasão” da nossa Assembleia pela alegria da juventude enche-nos de ânimo para enfrentar o futuro. É garantia de que a Autonomia dos Açores poderá contar com acérrimos defensores se algum dia for posta em causa. Traduz a naturalidade com que as novas gerações, que já nasceram no Portugal democrático e nos Açores autónomos, encaram o funcionamento das

instituições políticas, como se elas sempre tivessem sido assim, e não pudessem ser de outro modo. A História que aprendem nas escolas e as histórias que ouvem contar, mesmo quando no convívio familiar, parecem demasiado longínquas no tempo para constituírem preocupação do presente.

Mas não se preocupem, caros jovens. Não vos vou falar da nossa história recente, se bem que a considere elemento fundamental na formação para o exercício pleno e consciente da cidadania. Não vos vou entediar com uma viagem ao passado, aos meados da década de setenta, para exaltar o empenhamento de uma geração que acreditou que, nos Açores, democracia e autonomia teriam que caminhar a par. Não vou recordar tempos em que a dignidade dos açorianos era ofendida por infundadas desconfianças sobre a nobreza dos nossos propósitos e a profundidade do nosso patriotismo.

Não vou salientar o quanto se trabalhou para a construção da unidade dos Açores assente no princípio da solidariedade entre todas as parcelas.

O parlamento açoriano é, com efeito, não só o símbolo, mas o próprio agente vivificador da unidade regional. Unidade na diversidade, como tão bem acabaram de exemplificar nesta sessão evocativa.

Crença profunda nas virtudes do diálogo e no valor da tolerância; entusiasmo na defesa dos interesses das populações; dinamismo na senda da modernização da sociedade açoriana têm marcado o funcionamento desta Casa, que a é de todos os açorianos, como instituição primeira do regime autonómico.

Instituição muito jovem ainda e que, portanto, acredita nas virtudes que definem os espíritos jovens. Por isso, quisemos ter a juventude das nossas ilhas a partilhar o vigésimo aniversário da Assembleia Legislativa dos Açores. Não o fizemos com intuídos paternalistas ou de publicidade política. Tratou-se, tão só, de reconhecer uma evidência: do vosso empenhamento, da vossa disponibilidade, dependerá o futuro dos Açores. Um futuro que se anseia de paz, de liberdade, de progresso.

O regime autonómico que conquistámos, baseado nos valores democráticos e na identidade do povo dos Açores, é o que melhor serve esses objectivos. Merece, pois, ser firmemente defendido e aperfeiçoado. A vós caberá num futuro já tão próximo continuar essa tarefa com a alegria de quem defende uma causa justa.

É jovem a autonomia política democrática dos Açores. Jovem na idade mas profunda na sua identificação com os princípios e valores que caracterizam a juventude.

Generosidade, abertura à inovação, inconformismo, ânsia de liberdade, sentido de justiça constituem atitudes e valores que estiveram na base da conquista da Autonomia. Mantêm-se vitais para todos os que lutam pelo desenvolvimento dos Açores e bem-estar da sua população. Serão sempre imprescindíveis à unidade das nossas ilhas.

Projecto jovem, a autonomia tem que contar com a irrequietude e mesmo a irreverência dos Jovens. Não se pode quedar pelas praxes institucionais mas, antes, caminhar com o dinamismo das populações na construção de um futuro mais próspero, mais fraterno, mais feliz.

A actividade política em breve contará com a vossa participação activa. Como cidadãos eleitores, escolhendo aqueles que considerem melhor defender os anseios do povo. Mas também noutras funções de militância política.

Alguns de vós terão já desempenhado cargos em associações juvenis ou de estudantes ou mesmo em colectividades de diversa natureza. Estou convencido que o terão feito não por questões de afirmação pessoal ou na demanda de prestígio, mas com espírito de serviço. Estão, pois, a dar os primeiros passos, a fazer as primeiras experiências, na defesa de interesses que não o são de cada um de vós em particular, mas dirigem-se a um conjunto de pessoas com uma causa comum. E é isto que deve caracterizar a actividade política.

É que o exercício de funções políticas não é carreirismo - é serviço a uma causa; não supõe arrogância, mas humildade no reconhecimento de erros e dificuldades; não convida à subserviência, mas à firmeza nas convicções; não impele à intolerância, mas à crença nas virtudes do diálogo.

É, pois, com renovada convicção que poderemos contar com a dedicação e a generosidade da nossa juventude na construção dos Açores a caminho do século XXI.

(Aplausos da Câmara)

(Os trabalhos terminaram às 18.40 horas)

---

**A Redactora :** *Maria da Conceição Fraga Branco.*